

EDIÇÃO
SEMANAL

Jornal da Câmara

Impresso
Especial
9912170931/2007-DR/BSB
CÂMARA DOS
DEPUTADOS
CORREIOS -----

BRASÍLIA-DF, 3 A 9 DE DEZEMBRO DE 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ano 12 | Número 2541

Deputados defendem agência reguladora e formulação de políticas para o setor mineral

Página 10



IBRAM

OPINIÃO | 5

Paulo Pimenta: é preciso ter claro que, em paralelo ao crescimento do controle de territórios pelas organizações criminosas, é cada vez maior o número de áreas sob o domínio das milícias, que atuam com uma lógica de corrupção, baseada em execuções e autoritarismo.

Marcelo Itagiba: é hora da formação da força-tarefa permanente. Ela é imprescindível para o resgate da paz no Complexo do Alemão, como também nas outras 600 favelas existentes no Rio que ainda estão sob o controle de criminosos, sejam traficantes ou milicianos.

agenda

DESTAQUES

Conferência das Cidades

A Comissão de Desenvolvimento Urbano realiza na terça (6) e na quarta-feira (7), no auditório Nereu Ramos, a 11ª Conferência das Cidades, cujo tema é "O Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental". Na manhã de terça, o evento será dedicado às oficinas temáticas. À tarde, a partir das 14h30, ocorrerá a abertura oficial da conferência, com a presença dos presidentes da Câmara e do Senado e dos ministros do Meio Ambiente e das Cidades. A manhã de quarta-feira será voltada para palestras sobre condicionantes econômicos e sócioambientais, com o professor da PUC/RJ e jornalista André Tigueiro e o representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o cientista Carlos Nobre, entre outros. À tarde, encerrando o evento, a senadora Marina Silva (PV-AC) discorrerá sobre o papel do Legislativo no futuro das cidades. Na sequência, haverá a premiação do Selo Cidade Cidadã.

Material reciclável

A Comissão de Legislação Participativa promove audiência pública na terça-feira (6), no plenário 3, sobre o tema "Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Regime Geral de Previdência Social". São convidados o coordenador do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, José Aparecido Gonçalves; os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência, Carlos Gabas; a pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho da Universidade de Brasília, Maria Lúcia Lopes da Silva; e a representante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Maria Madalena Rodrigues Duarte Lima.

Comissão fará seminário sobre homofobia e liberdade de expressão

A Comissão de Legislação Participativa vai promover seminário em 15 de dezembro para discutir "Os Limites entre Liberdade de Expressão, Censura e Homofobia". Presidente da comissão e autor do requerimento para realização da audiência, o deputado **Paulo Pimenta (PT-RS)** destacou que as relações homoafetivas e a defesa dos direitos e garantias da população LGBT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) são objetos de diversas proposições na Câmara.

Programas humorísticos - Pimenta lembrou que, em novembro, as comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias discutiram a garantia do respeito e a valorização das diferenças e aos direitos humanos, em dois seminários "Escola sem Homofobia" e "Assassinatos LGBT". "Nesses seminários, uma questão posta foi se a mídia, em especial a televisão, contribui em seus programas humorísticos para a propagação de atitudes discriminatórias por orientação sexual, ou se as piadas feitas com a comunidade LGBT são inofensivas e não causam nenhum tipo de prejuízo social a essas pessoas", disse o deputado.

Paulo Pimenta enfatizou ainda que, na tentativa de diminuir as manifestações discriminatórias contra a comunidade LGBT e acabar com a impunidade, o Congresso já se debruça sobre o Projeto de Lei 122/06, que pretende criminalizar a homofobia. A matéria foi aprovada pela Câmara em 2006 e está em análise no Senado.

O parlamentar ressalva, entretanto, que setores da mídia brasileira já estão supondo que a aprovação dessa lei pode ser um dispositivo em conflito com a liberdade de expressão. "Portanto, debater os limites entre a liberdade de expressão, censura e homofobia na mídia faz-se necessário na medida em que, por outro lado, a reprodução exaustiva de um sistema



de diferenciação conduz e colabora para a discriminação, segregação e exclusão", explica.

A comissão vai convidar para a audiência representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio

e Televisão (Abert), da Rede Globo, da TV Bandeirantes, da Rede TV, da TV Record, do Ministério Público Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Conselho Federal de Psicologia e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABLGT). O desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) Rui Portanova e a desembargadora aposentada do TJRS Maria Berenice Dias farão palestra sobre o tema do seminário.

MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO



A Câmara dos Deputados realizou na quinta-feira (1ª) cerimônia de entrega da Medalha Mérito Legislativo, que tem por objetivo homenagear cidadãos, instituições ou entidades, campanhas, programas ou movimentos de cunho social, civil ou militar, nacionais ou estrangeiros, que ajudaram a promover no plano social, econômico, cultural ou político o desenvolvimento do País.

O prêmio existe desde 1983 e os contemplados são indicados por deputados federais. A entrega da medalha foi feita pelo vice-presidente da Casa, deputado

Marco Maia (PT-RS), e pelo 2º secretário, deputado **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**. Este ano, foram homenageados o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski; o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o arcebispo metropolitano de Feira de Santana (BA), Dom Itamar Navildo Vian; o prefeito de Itajaí, Jandir Belini; a superintendente das obras sociais Irmã Dulce da Bahia, Maria Rita Lopes Pontes; além de outras personalidades, servidores públicos e instituições, como o Centro Educacional Dom Bosco de Natal. (RN)

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Michel Temer (PMDB-SP)**

1º Vice-Presidente
Marco Maia (PT-RS)
2º Vice-Presidente
Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)
1º Secretário
Rafael Guerra (PSDB-MG)
2º Secretário
Inocêncio Oliveira (PR-PE)
3º Secretário
Odair Cunha (PT-MG)
4º Secretário
Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Suplentes
Marcelo Ortiz (PV-SP), **Giovanni Queiroz (PDT-PA)**, **Leandro Sampaio (PPS-RJ)** e
Manoel Junior (PSB-PB)
Ouvidor Parlamentar
Mario Heringer (PDT-MG)
Procurador Parlamentar
Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA)
Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida
Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor Pedro Noleto	Editores Maria Clarice Dias Ralph Machado Roberto Seabra	Diagramadores Guilherme Rangel Barros José Antonio Filho Roselene Figueiredo	Ilustrador Renato Palet Editor de fotografia Reinaldo Ferrigno
--------------------------------	--	--	---

jornal@camara.gov.br | Fone: (61) 3216-1660 | Distribuição - 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Governistas cogitam voto de Lula à nova regra para royalties do petróleo

Ficou para a Presidência da República a decisão de vetar ou não a nova forma de distribuição dos royalties do pré-sal. O dispositivo, incluído pelo Senado no projeto que muda o modelo de exploração de concessão para partilha e cria o fundo social para aplicar os recursos provenientes da produção, foi aprovado na Câmara na madrugada de quinta-feira (2).

Segundo o texto, os recursos da exploração de petróleo destinados a estados e municípios serão divididos pelos critérios dos fundos de participação, que privilegia os mais pobres. É prevista ainda a compensação pela União das perdas que estados e municípios produtores teriam com a nova distribuição. Hoje, a distribuição dos royalties do petróleo favorece os estados produtores, especialmente o Rio de Janeiro.

O governador fluminense, Sérgio Cabral, afirmou esperar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vete o dispositivo nas próximas semanas. Na mesma linha, o líder do governo na Câmara, **Cândido Vaccarezza (PT-SP)**, não descartou a possibilidade do voto.

"No período pré-eleitoral surgiu essa ideia de dividir por igual todos os royalties do petróleo. Isso prosperou como uma medida demagógica, sem fundamento. Infelizmente, os deputados e senadores embarcaram nessa, mas o presidente Lula vai ter oportunidade de vetar ou não vetar, de acordo com o que melhor lhe aprovou", disse Vaccarezza.

Derrubado parcialmente, o relatório do deputado **Antonio Palocci (PT-SP)** não incluía a repartição dos royalties nem a compensação financeira aos estados produtores. Palocci, convidado para a Casa Civil pela presidente eleita, Dilma Rousseff, também afirmou que as alterações poderão ser vetadas.

"É um direito dos nobres deputados. Sabemos que é a posição referente a um



REINALDO FERRIGNO

Sessão de votação da emenda que alterou distribuição dos royalties do petróleo; bancada fluminense espera o voto presidencial

novo modelo de partilha dos royalties já foi minoritária uma vez na Câmara. Eu respeitarei a posição da Casa e o presidente da República ou a presidente da República, se ficar para o futuro, decidirão se sancionam ou vetam a mudança."

Já o líder do Democratas, deputado **Paulo Bornhausen (SC)**, defendeu a manutenção do texto aprovado. "A compensação dos estados, como o Rio de Janeiro, que hoje tem a maioria do recebimento dos royalties, deve ser feita

com a parte da União. Essa é a resposta que a Câmara deu e esse é o sentimento do Brasil, da população brasileira, da maioria. Portanto, é uma vitória do Brasil, dos brasileiros e o que o governo deve respeitar."

Marco Maia comemora criação de fundo social

O 1º vice-presidente da Câmara, deputado **Marco Maia (PT-RS)**, comemorou a aprovação do novo regime de exploração do petróleo (partilha) e a criação do fundo social do pré-sal, que destinará mais recursos para a educação.

No entanto, ele disse acreditar que o presidente Lula vetará a mudança nos critérios de distribuição dos royalties, que beneficia estados não-produtores de petróleo e exige que a União compense perdas dos estados produtores.

"Eu acho que o presidente deve vetar uma parte desse projeto. Mas vai vetá-lo com o intuito de discutir um modelo um pouco mais equilibrado, que permita também uma compensação maior dos recursos que porventura possam ser perdidos pelo Rio de Janeiro e pelo Espírito Santo. Mas nós vamos chegar a um bom termo nisto", afirmou.

Marco Maia prevê, na próxima semana, a votação de

duas propostas de interesse dos governadores: a prorrogação do fundo de combate à pobreza e de mecanismos da Lei Kandir, que geram créditos de ICMS aos estados. Outros itens que podem constar da pauta são a proposta que regulamenta os bingos e a que permite a um maior número de empresas optarem pela tributação pelo Simples.

Em relação à Proposta de Emenda Constitucional 300/08, que cria piso nacional para policiais e bombeiros militares, Marco Maia informou que o assunto será analisado por uma comissão especial que vai discutir a reformulação global da segurança pública no país. A PEC 300 enfrenta resistências dos governos estaduais.

O deputado afirmou ainda que considera possível que o Congresso Nacional aprove o Orçamento 2011 em duas semanas.

Aprovada MP sobre a capitalização da Petrobras

A Câmara aprovou na terça-feira (30) a Medida Provisória 500/10, encaminhada para o Senado. O texto aprovado não cita explicitamente a capitalização da Petrobras, mas sem a norma não haveria amparo legal para as operações realizadas com a empresa em setembro de 2010 pelo Fundo Soberano do Brasil, a União e o braço financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDESpar.

Segundo o Executivo, uma das vantagens da

engenharia contábil permitida pela MP é o fato de que ela não influencia o superávit primário, pois o Tesouro não precisaria usar receita de arrecadação para comprar ações, o que elevaria os gastos públicos. Outro benefício seria a garantia da manutenção do ritmo de investimentos das estatais.

A necessidade de destinar mais recursos para a Petrobras decorre da descoberta da camada de petróleo do pré-sal, cuja exploração depende de investimentos

orçados pela empresa em R\$ 250 bilhões até 2014.

Refinanciamento - Relator da MP 500/10, deputado Geraldo Simões (PT-BA) incluiu em seu projeto de conversão mudanças nas regras para renegociação de dívidas rurais. Uma delas permite aos agricultores renegociarem empréstimos à lavoura cacaueira no estado da Bahia, além de beneficiar outras categorias de produtores rurais com novos prazos para liquidação ou renegociação.

ENTREVISTA

Paulo Pereira da Silva: Plenário deve votar Lei Kandir e fundo de combate à pobreza

Luiz Paulo Pieri

Com a aprovação, na quinta-feira (2), do substitutivo do Senado para o Projeto de Lei 5940/09, que cria nova regra de distribuição dos royalties entre estados e municípios, o líder do PDT, deputado **Paulo Pereira da Silva (SP)**, afirma que nesta semana devem ser votados pelo Plenário o Projeto de Lei Complementar 352/02, que muda a Lei Kandir sobre a incidência de ICMS em operações com energia elétrica entre estados, e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 507/10, que torna permanente o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza.

O líder do PDT defende ainda a aprovação, neste ano, de ganho real para salário mínimo e aposentadorias, além de correção na tabela do Imposto de Renda.

O que a Câmara deve priorizar ainda neste ano?

Uma das prioridades já foi votada: a nova regra de distribuição dos royalties do petróleo. Agora deve ser a votação de um salário mínimo que traga ganhos reais para os brasileiros. Neste sentido já apresentamos duas emendas na Comissão Mista do Or-



DAVID RIBEIRO

camento, uma cobrando aumento de 9,1% para os aposentados e pensionistas que ganham valores acima do piso e outra pedindo que o salário mínimo seja de R\$ 580 em 2011.

É preciso também rever a tabela do Imposto de Renda, uma vez que o acordo que tínhamos com o governo era de quatro anos e está vencendo agora – portanto, no ano que vem não há previsão de mudança. Queremos corrigir a tabela de acordo com a inflação, para permitir, pelo menos, que

as pessoas não paguem mais Imposto de Renda.

Vamos votar, se possível na semana que vem, o Projeto de Lei Complementar 352/02, que muda a Lei Kandir sobre a incidência de ICMS em operações com energia elétrica entre estados, e a PEC 507/10, que torna permanente o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, cuja vigência acaba em 31 de dezembro.

A PEC 300/08, que cria um piso nacional para policiais e bombeiros militares, deve ser aprovada ainda em 2010?

Esta é a nossa vontade e determinação. Sempre que as sessões forem convocadas, vamos pedir a inclusão da PEC 300. Até porque já há um acordo com a polícia do Brasil inteiro e não está previsto aquele temido piso de R\$ 3.500. Ficou acertado entre as lideranças da Câmara e as lideranças do movimento da polícia que, assim que for votada a PEC 300, depois de seis meses o governo tem que mandar um projeto de lei para regulamentar o piso. Portanto, é uma coisa que ainda vai demorar em acontecer.

Por outro lado, não descarto o PDT concordar com o fechamento de um acordo para a criação de

uma comissão especial para discutir o tema da segurança pública em geral, incluindo o piso salarial dos policiais nos estados. Esta pode ser uma alternativa saudável.

O que deve pautar os trabalhos do Congresso na próxima legislatura?

O PDT vem cobrando, como prioridade, a reforma política e a aprovação da jornada de trabalho com 40 horas semanais. Estamos num amplo trabalho de conscientização da sociedade de que a mudança da carga horária não levará empresas à falência, mas beneficiará o Brasil. O que quebra uma empresa é o excesso de imposto e não a redução da jornada. De 1988 – ano em que a jornada passou de 48 para 44 horas – para cá, a produtividade no Brasil mais que triplicou. O País ganhou mercado e conseguiu até melhorar os salários.

A regularização dos bingos também deve ser uma prioridade na nova legislatura?

Sim, com certeza, não podemos deixar de lado a regulamentação de uma atividade econômica que resgatará cerca de 320 mil empregos que foram perdidos com a proibição dos jogos no País.

POLÍTICA

Vaccarezza: aumento de despesa não entrará na pauta

O líder do governo na Câmara, deputado **Cândido Vaccarezza (PT-SP)**, afirmou na quarta-feira (1) que a base do governo não vai votar neste final de legislatura propostas que possam causar no próximo ano dificuldades financeiras para a União ou para os estados.

Ele argumentou que 2011 deve ser um ano difícil, com menor crescimento da economia e graves problemas internacionais como a não solução da crise nos Estados Unidos e a guerra fiscal entre China e EUA, que afeta todos os países.

Entre as propostas que acarretariam dificuldades para os governos estaduais e federal, citou a PEC 300/08, que cria piso salarial para policiais e bombeiros militares, e o plano de carreira do Judiciário (PL 6613/09), que prevê aumento médio de 56% para juízes e servidores.

Vaccarezza afirmou que a base não vai correr o risco de as propostas de aumento de gastos serem inseridas na pauta das sessões extraordinárias; e acrescentou que já há um acordo de líderes que prevê a exclusão desse tipo de proposta, mas que não vem sendo cumprido.

Ainda na quarta-feira, quando o Plenário discutia o fundo social do pré-sal, Vaccarezza sugeriu a formação de uma comissão parlamentar para discutir o tema da segurança pública, incluindo a PEC 300. Essa comissão apresentaria propostas para os governos federal e estaduais, e o assunto voltaria a ser tratado pela Câmara em fevereiro e março de 2011.

“A comissão pode apresentar soluções positivas para o País”, disse o líder do governo, afirmando que esse é o caminho para resolver o problema da PEC 300. A proposta recebeu apoio dos líderes do PSDB, João Almeida



JANINE MORAES

PT vai fazer proposta sobre a Mesa Diretora

Cândido Vaccarezza disse que a bancada do PT se reunirá no início da próxima semana para fechar uma proposta para a eleição da Mesa da Câmara. A intenção é levar essa proposta a todos os partidos e tentar tirar uma composição única para as eleições.

O líder do governo afirmou que não pretende disputar internamente, no PT, a indicação à Presidência da Câmara – só será candidato, disse, se for nome de consenso em seu partido.

Na quarta-feira (1) pela manhã, o presidente da Câmara, Michel Temer, afirmou que a eleição de seu sucessor será resolvida de maneira “tranquila”, por meio do revezamento entre os maiores partidos (PT e PMDB) nos dois biênios da legislatura. Segundo ele, ainda será discutido qual partido ocupará

(BA), do PDT, Paulo Pereira da Silva (SP), e do PT, Fernando Ferro (PE), mas foi recusada por deputados que defendem a votação imediata do segundo turno da PEC 300.

Paz e segurança: desejo de todos

Paulo Pimenta

As ações realizadas desde a última semana no Rio de Janeiro, que considero fundamentais, são mais um passo de um novo entendimento do Estado de como combater o crime organizado. O resultado dessas políticas inovadoras adotadas principalmente no Rio de Janeiro pode ser melhor compreendido a partir da quebra de um paradigma: o rompimento da visão tradicional de que não há como realizar política de segurança pública com inclusão social.

Nesse sentido, o Pronasci oxigenou as relações no combate à criminalidade, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), por exemplo, que estão possibilitando uma melhor forma de retomada de áreas ao Estado, antes dominadas por facções criminosas. Entretanto, no conjunto das políticas públicas, tenho convicção de que há três aspectos necessários à supremacia das forças nacionais sobre o crime organizado: a profissionalização das polícias; o controle das fronteiras; e a reformulação do sistema carcerário.

Milícias - Com relação aos episódios no Rio de Janeiro, é preciso ter claro que, em paralelo ao crescimento do controle de áreas territoriais pelas organizações criminosas, é cada vez maior o número de localidades sob o domínio das milícias, que atuam com uma lógica

de corrupção, baseada em execuções e autoritarismo.

Não se combate a milícia sem a profissionalização das polícias. Bom exemplo foi o que aconteceu com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, que reduziram sensivelmente os casos de corrupção quando passaram a ter salários adequados, e, mais importante, a ter policiais com dedicação exclusiva.

A profissionalização da polícia passa por várias questões, mas a remuneração é fator indispensável à garantia de que os policiais serão policiais em tempo integral. Hoje, a situação desses profissionais tem relação direta, embora não obrigatória, com a realização de atividades paralelas, como o “bico”, atuando nas horas de folga como segurança de estabelecimentos comerciais, ou como base de sustentação das milícias. O “bico” é a porta de entrada para as relações perniciosas que correm as instituições policiais.

Lei do Abate - Quanto às fronteiras, a Lei do Abate forçou uma mudança nas rotas, que passaram

a ser prioritariamente terrestres. Dentre os países do Mercosul, certamente o Paraguai é o que merece mais atenção das autoridades brasileiras, já que é a rota principal de entrada do contrabando de drogas, armas e munições.

Em relação às armas e munições, a legislação permissiva dos países vizinhos é fator que agrava e dificulta uma política de controle desses trajetos de distribuição por onde passam os armamentos que chegam às regiões centrais brasileiras. A harmonização de uma legislação no âmbito da América do Sul, no que diz respeito à fabricação, comercialização, importação, exportação e transporte de armas e munições

é imperiosa para ações de cooperação internacional eficientes.

Presídios - Por fim, a falência do sistema carcerário retroalimenta esse ciclo, pois, mesmo a população carcerária tendo quadruplicado em pouco mais de 10 anos no Brasil, temos uma sociedade cada vez mais exposta. O sistema não ressocializa, tem índice de reincidência de cerca de 70%, e o que é mais incompreensível, com um custo médio de R\$ 1,4 mil por preso, segundo dados oficiais.

Não existe uma medida a ser adotada, bem como não existe uma única instituição a ser responsabilizada. Iniciar novo paradigma passa pela compreensão e desafio de todos.

E para enfrentá-lo devemos construir políticas públicas integradas, permanentes e que ofereçam à população brasileira a perspectiva concreta de um cenário de paz e segurança, o que é desejo de todos.

Há três aspectos necessários à supremacia das forças nacionais sobre o crime organizado: a profissionalização das polícias; o controle das fronteiras; e a reformulação do sistema carcerário



LEONARDO PRADO

Paulo Pimenta é deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul e relator da CPI da Violência Urbana. Contato: dep.paulopimenta@camara.gov.br

Força-tarefa permanente já!

Há anos venho defendendo a formação de uma força-tarefa permanente e integrada por todas as instituições, tanto policiais quanto militares, que por determinação constitucional têm corresponsabilidade pela segurança pública e nacional.

A força-tarefa seria o grande trunfo do Estado e da sociedade brasileira na luta pelo enfraquecimento do tráfico e pela redução dos crimes decorrentes da disputa bética travada pelas quadrilhas rivais pelo controle do comércio das drogas.

As polícias Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal, juntamente com as Forças Armadas, atuariam de forma coordenada contra o crime organizado. A instauração do inquérito policial militar (IPM) dá respaldo legal às Forças Armadas para agir contra os criminosos que se utilizam de armas subtraídas de unidades militares.

Em 2002, à frente da Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro, consegui fazer com que a PF e

as polícias estaduais se unissem, trocassem informações e realizassem a operação conjunta denominada “Camisa Preta” contra traficantes do Complexo do Alemão.

Embora pioneira, a ação conjunta, que desarticulou o tráfico local, não resultou na força-tarefa permanente, em razão de inaceitáveis obstáculos político-partidários postos no caminho pelo governo do PT no estado do Rio de Janeiro.

Em 2005, no cargo de secretário de Segurança Pública, elaborei e levei a Brasília o Plano 001, que previa uma série de ações conjuntas entre as forças estaduais e federais contra o tráfico no Rio. Mas os obstáculos se mantiveram irremovíveis.

A despeito da resistência, determinei que as polícias do Rio atuassem em parceria com o Exército em ações episódicas, inclusive em favelas, destinadas a recuperar – no que tivemos êxitos – fuzis roubados de quartéis.

Hoje, vejo com alegria que enfim

houve o apoio político e o respaldo da mídia e da opinião pública às ações conjuntas que permitiram que o braço-armado do Estado, com todas as suas forças disponíveis, retomasse dos traficantes o Complexo do Alemão.

É a hora da formação da força-tarefa permanente, da qual venho falando há anos. Ela é imprescindível para o res-

gate da paz no Complexo do Alemão, como também nas outras 600 favelas existentes no Rio que ainda estão sob o controle de criminosos, sejam eles traficantes ou milicianos.

Marcelo Itagiba é deputado federal pelo PSDB do Rio de Janeiro. Contato: dep.marceloitagiba@camara.gov.br

A força-tarefa seria o grande trunfo do Estado e da sociedade brasileira na luta pelo enfraquecimento do tráfico e pela redução dos crimes decorrentes da disputa bética travada pelas quadrilhas rivais pelo controle do comércio das drogas



BRIZZA CAVALCANTI

Debatedores divergem em relação à forma de cobrança do IPI sobre cigarros

Verônica Lima

Empresários e técnicos do governo discordaram, em evento na Câmara, sobre os benefícios da proposta que institui um modelo misto de tributação dos cigarros pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para que as marcas mais caras paguem mais tributo. A medida, prevista no Projeto de Lei 6400/09, do deputado **Tadeu Filippelli (PMDB-DF)**, foi tema de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio na quarta-feira (1).

O consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Felipe França disse que o valor de varejo do cigarro subiria muito, o que aumentaria o contrabando e a informalidade. Segundo ele, as pessoas não deixariam de consumir o produto, mas passariam a comprar aquele que não paga imposto.

O representante da Receita Federal, Marcelo Menezes, discordou da tese de que a medida aumentaria os preços, mas disse acreditar que ela não ajudaria na arrecadação. Menezes explicou que algumas empresas não repassam o aumento de tributação para os preços de venda simplesmente porque não pagam os impostos.

O IPI é um imposto federal cobra-



Debatedores durante a audiência pública que discutiu a cobrança de IPI sobre o cigarro

do sobre mercadorias industrializadas, estrangeiras ou nacionais. O tributo é seletivo, porque sua alíquota varia de acordo com a essencialidade do produto, e não-cumulativo, ou seja, em cada fase da operação é compensado o valor devido com o montante cobrado anteriormente.

Inflação - O problema do sistema atual, segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo de São Paulo, Sérgio Vilas Bôas, é que os produtos mais baratos têm impostos proporcio-

nalmente mais altos, prejudicando as empresas menores.

“As empresas que não têm espaço nos postos de venda relevantes, ou no mercado formador de opinião, precisam competir em mercados periféricos, onde os preços são mais baixos. Elas acabam com um ônus tributário maior do que aquelas que conseguem preços mais elevados nos mercados mais relevantes”, afirmou Vilas Bôas.

Já o presidente do Instituto de Ética Concorrencial, André Franco Montoro

Filho, discordou de que a relação entre produto barato e empresa pequena seja tão direta. Ele argumentou que, no caso do cigarro, a lógica de impostos mais baixos para marcas mais baratas não é boa, pois estimularia o consumo pela população de baixa renda, que teria menos acesso a informações sobre os riscos do cigarro e a sistemas de saúde.

Unificação - Para o representante da empresa de tabaco Philip Morris do Brasil, Maurício Mendonça, a solução seria a tributação única de todos os produtos, pois todos têm o mesmo impacto para a saúde, segundo ele.

“Hoje, há um modelo no Brasil com seis classes tributárias, baseadas no tipo de embalagem e no tamanho do cigarro. Essas características, para efeitos de controle do consumo e arrecadação, são irrelevantes, porque não determinam se um fumante vai adotar ou não uma marca. Portanto, o sistema atual induz os consumidores a fumarem aquele cigarro que paga menos tributos. E, com isso, há uma arrecadação menor do que a potencial”, concluiu.

Após a audiência, o relator da matéria na comissão, deputado **Jurandil Juarez (PMDB-AP)**, disse que vai investigar a hipótese de constitucionalidade da tributação mista, levantada durante o debate.

Agricultura aprova perdão de dívidas a pescador artesanal

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (1) a anistia ou a possibilidade de renegociação das dívidas contraídas por pescadores artesanais, associações, cooperativas e colônias de pescadores relativas ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O texto aprovado é o Projeto de Lei 7338/10, do deputado **Flávio Bezerra (PRB-CE)**, que perdoa todas as dívidas até o limite de R\$ 10 mil e permite aos anistiados a contratação de novos empréstimos nos bancos credenciados pelo programa, sem qualquer restrição.

O projeto determina que as dívidas maiores que R\$ 10 mil e menores que R\$ 18 mil poderão ser negociadas de acordo com a forma de pagamento. Em caso de pagamento à vista, por exemplo, o diferencial é que não haverá cobrança de multas, e os juros sobre o atraso do pagamento serão reduzidos em 60%.

Já associações, cooperativas e colônias de pescadores que possuem dívidas entre R\$ 35 mil e R\$ 200 mil poderão pagá-las à vista ou parcelá-las em 60 ou 180 meses.

O relator, deputado **Fábio Souto (DEM-BA)**, foi favorável. Segundo ele, em razão da reduzida produtividade e dos baixos preços pagos pelo pescado, a rentabilidade da atividade pesqueira tem sido pequena. “Muitos pescadores, não tendo condições de pagar regularmente as parcelas do financiamento, tornaram-se inadimplentes e hoje se encontram em difícil situação econômica e social.”

A proposta não indica a origem dos recursos necessários à concessão dos benefícios, o que será examinado pela Comissão de Finanças e Tributação. O texto, que tramita em caráter conclusivo, também será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Seguridade rejeita criação de índice específico para o SUS

A Comissão de Seguridade Social e Família rejeitou na quarta-feira (1) o Projeto de Lei 1885/07, do deputado **Fernando Coruja (PPS-SC)**, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a atualizar anualmente, por um índice específico para o setor, o valor destinado a estados e municípios para o pagamento do Piso da Atenção Básica (PAB).

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será arquivada, a menos que seja apresentado recurso para votação no Plenário.

O texto alterava a Lei Orgânica da Saúde (8.080/90). O índice proposto deveria ser definido pela Comissão Intergestores Tripartite do SUS, integrada por gestores do sistema das três esferas de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios.

De acordo com a relatora, deputada **Angela Portela (PT-RR)**, o Ministério da Saúde já possui critério anual de correção do valor do PAB para estados e municípios. Em 2006, o ministério definiu o valor mínimo do PAB-Fixo em R\$ 15 por habitante. Desde dezembro de 2008, o valor está em R\$ 17, e a previsão do Plano Plurianual é de que o recurso chegue a R\$ 18 para todos os municípios. “Houve importantes avanços que não foram apontados na justificativa do projeto de lei”, disse.

O PAB consiste em recursos financeiros destinados a investimentos de procedimentos e ações de assistência básica tipicamente municipal. É distribuído um valor de R\$ 10 a R\$ 18 por habitante do município.

Entre as ações financiadas por esses recursos estão consultas médicas em especialidades básicas, atendimento odontológico básico, atendimentos básicos por outros profissionais de nível superior e nível médio e visita e atendimento ambulatorial e domiciliar do Programa de Saúde da Família.

Petrobras questiona auditoria do TCU que apontou sobrepreço em refinarias

Rachel Librelon

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou que as obras nas refinarias Presidente Getúlio Vargas e Abreu e Lima foram incluídas pelo Tribunal de Contas da União na relação das obras com graves indícios de irregularidades devido a divergência metodológica de cálculo de custos usada pela empresa e pelo TCU. Gabrielli defendeu a continuidade dos empreendimentos em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, na quinta-feira (2).

De acordo com o presidente da estatal, o sobrepreço apontado pelo TCU, de R\$ 2,7 bilhões, deve-se ao fato de os auditores terem usado referenciais de mercado não condizentes com as especificidades da indústria de petróleo, como o Sistema Integrado de Protocolos (Sipro) e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinape). O TCU também teria desconsiderado essas especificidades ao adotar uma parcela de custo pré-fixada.

No caso da refinaria Getúlio Vargas, no Paraná, Gabrielli afirmou que o grau avançado de execução dos contratos – que chega a 75% no caso da carteira de gasolina e de 63,5% nas unidades de coque – geraria perda mensal de R\$ 44 milhões, considerando a não-implementação do empreendimento. Já a paralisação de Abreu e Lima – cujas unidades em Pernambuco têm índice de execução entre 4% e 12% – resultaria em perda mensal de receita de R\$ 213,5 milhões por mês.

“Haverá também impacto sobre o emprego. Direta e indiretamente são gerados cerca de 33,5 mil postos de trabalho. E prejudicará algumas centenas ou dezenas de fornecedores que estão no entorno dessas obras. O impacto é muito grande porque o atraso dessas obras indica o adiamento da entrada em operação e prejuízos”, afirmou o

presidente da Petrobras.

Fiscalização - Apesar dos argumentos de Gabrielli, o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery, garantiu que o tribunal considerou as especificidades da realização de obras em refinarias na fiscalização. Segundo Nery, o sobrepreço foi calculado com base nas estimativas de custo fornecidas pela própria Petrobras.

“Foram adotados os quantitativos e

coeficientes de produtividade de material e de mão de obra informados pela Petrobras. Portanto, consideradas as particularidades de uma obra de refinaria”, afirmou. Também foi considerada, segundo o TCU, a incidência de encargos suplementares, como para saúde, meio ambiente e segurança. Ainda assim, chegou-se ao sobrepreço de R\$ 2,7 bilhões nas duas obras, num total de R\$ 22,5 bilhões fiscalizados.

Apesar das irregularidades, Eduardo Nery acredita que, no caso da refinaria Presidente Getúlio Vargas, embora seja recomendada a repactuação dos contratos, não mais se justifica a paralisação das obras em razão do grau avançado de execução. Por outro lado, no caso das obras na refinaria Abreu e Lima, ele reafirmou a recomendação de repactuação dos contratos ou retenção dos valores pela Petrobras.



José Sérgio Gabrielli (à esquerda) na audiência promovida pela Comissão Mista de Orçamento

Série de encontros avaliou obras com irregularidades

A audiência na Comissão Mista de Orçamento com a Petrobras encerrou a série de encontros entre gestores e auditores para discutir a situação das 32 obras que tiveram a paralisação recomendada pelo TCU. Antes, foram ouvidos representantes do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), da Valec – estatal responsável pela construção de ferrovias –, dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades, da Secretaria Nacional de Portos e da Infraero. A reunião com a Eletronorte foi cancelada.

Parlamentares elogiaram a participação dos representantes dos órgãos envolvidos e o empenho de se chegar

a um consenso. Na avaliação dos deputados, as reuniões trouxeram mais subsídios para a comissão e geraram, inclusive, consensos.

“Antes dessas audiências foram realizadas reuniões técnicas com o TCU, gestores e deputados, que foram fundamentais para a gente sanar dúvidas e para que os órgãos gestores sanassem várias irregularidades. Após algumas reuniões que fizemos, foi eliminada inclusive a necessidade da audiência pública”, explicou o coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), deputado Leonardo Monteiro (PT-MG).

O deputado **Gilmar Machado** (PT-MG) considerou positivo o fim dos enfrentamentos entre as partes. “Estou satisfeito em ver que houve entendimentos do TCU com a Petrobras, com o Dnit, com a Valec e outros órgãos”, afirmou. Já o deputado **José Guimarães** (PT-CE) destacou a importância de evitar paralisações para reduzir os prejuízos ao erário.

As informações apresentadas nas audiências e nas reuniões subsidiarão o trabalho de Monteiro, que deverá elaborar um relatório para ser votado antes do parecer final da proposta orçamentária. O coordenador do COI pretende entregar o parecer antes do dia 10.

Governador eleito de Rondônia quer prazo

O governador eleito de Rondônia, o ex-deputado Confúcio Moura, comprometeu-se, em reunião com representantes da Comissão Mista de Orçamento, do Ministério da Cidades e do TCU, a sanar todas as irregularidades da maior obra de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento, que pretende ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário em Porto Velho.

Confúcio Moura pediu que a obra fosse retirada da relação de irregularidades graves sob a condição de que, se os pro-

blemas não forem sanados nos primeiros seis meses de seu governo, o contrato será rescindido. O empreendimento faz parte da lista de obras com indícios de irregularidades graves enviada pelo TCU ao Congresso junto com a proposta orçamentária para 2011.

O deputado **Leonardo Monteiro** (PT-MG), coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), afirmou que os membros do colegiado se reunirão para decidir se a oferta será

aceita ou não. “A proposta é interessante porque garante os recursos do Orçamento para viabilizar a obra, ou seja, garante a continuidade da obra”, afirmou.

O TCU apontou uma série de irregularidades no investimento, como sobrepreço de R\$ 120 milhões e deficiências no projeto básico. O valor da obra, pelo contrato assinado com o consórcio vencedor, é de R\$ 645 milhões.

A reunião com o governador eleito foi proposta pela deputada **Marinha Raupp** (PMDB-RO) e acatada por outros

parlamentares durante audiência pública que discutiu a situação de obras com indícios de irregularidades a cargo da Infraero e do ministério, na terça-feira (30). O encontro, marcada para o dia 7, foi antecipado para quinta-feira (2).

Pesou na decisão dos deputados de promover a reunião a amplitude social do projeto. Atualmente, apenas 2% da população de Porto Velho têm esgotamento sanitário, que é precário. Com a obra, o percentual chegaria a 77% da população. (RL)

Aeroportos dependerão de 'puxadinhos' para Copa, afirma coordenador paulista

Em congresso, debatedores ressaltaram a importância de investimentos em infraestrutura, especialmente em hotéis e aeroportos, para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016

Maria Neves

A construção de "puxadinhos" será a única solução possível para que os aeroportos brasileiros atendam à demanda criada pela Copa do Mundo de 2014, segundo avaliação do coordenador do Comitê Paulista da Copa, Caio Luiz de Carvalho. "Até agora nada aconteceu, não teremos mais tempo. Isso atrapalha não apenas o evento, mas toda a economia brasileira." Carvalho, que também é presidente da Empresa de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, participou, na quarta-feira (1º), do 12º Congresso Brasileiro da Atividade Turística, realizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

O coordenador justificou a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura aeroportuária para fortalecer o turismo e, consequentemente, diminuir o desemprego no País. Dados da Organização Mundial de Turismo citados por Carvalho mostram que cada 7 mil dólares (cerca de R\$ 12 mil) que ingressam em um destino turístico proporcionam a manutenção de um emprego direto pelo período de um ano.

Perfil dos visitantes - De acordo com a consultora da Associação Brasileira de Agências de Viagens, Karla Buzzi, os turistas recebidos pelo Brasil na Copa poderão ser bastante parecidos com os que foram ao Mundial da África

do Sul neste ano. Isso porque os dois países são parecidos na percepção dos estrangeiros – "estão distantes dos grandes centros e são considerados exóticos". Segundo Buzzi, dos torcedores que foram à África – em sua maioria homens de alto poder aquisitivo – 87% o fizeram pela primeira vez, e 83% aproveitaram a viagem para fazer turismo adicional. "Permaneceram, em média, três dias além da Copa. Temos esperança de que isso possa ocorrer também no Brasil", frisou.

Hotéis - Para receber esse público, no entanto, o País também terá de melhorar muito sua rede hoteleira, ressaltou Caio Carvalho.

Conforme o especialista, hoje os hotéis do Rio de Janeiro, por exemplo, já trabalham quase no limite de lotação. "Atualmente, a cidade conta com 19 mil quartos e terá mais 2.500 até 2014, o que não será suficiente", destacou. Em São Paulo, segundo Carvalho, a situação é ainda mais grave: "Não há um hotel em construção". Como o tempo médio para a construção de hotel de padrão quatro estrelas chega a cinco anos, não haverá tempo de solucionar o problema, acrescentou.

Uma solução possível foi

apresentada pelo vice-presidente executivo da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, André Pousada: a utilização de navios de cruzeiros como meio de hospedagem. Segundo ele, essa opção foi utilizada na Olímpíada de Sidney (2000) e de Atenas (2004).

Estádios receberão investimentos de R\$ 6,2 bi

O coordenador do Comitê Paulista da Copa, Caio Luiz de Carvalho, lembrou durante o Congresso que eventos de grande porte como os previstos para o Brasil nos próximos anos (Copa de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) são custeados em sua maioria pelo setor público. Diante disso, ele ressaltou a importância de planejar os gastos. "A Copa vai deixar o povo muito mais feliz, por um lado, mas sem a certeza de qual será o legado", disse.

Os participantes do Cbratur haviam já defendido anteriormente, durante o evento, maior parceria entre governo e iniciativa privada para a realização dos jogos. Carvalho salientou que devem ser investidos R\$ 6,2 bilhões apenas em estádios. "Muitos vão virar elefantes brancos, se não houver planejamento", sustentou. Se bem planejados e executados, no entanto, a Copa e a Olímpíada podem ser importantes para o Brasil, ressaltou Carvalho. Em sua opinião, a maior vantagem para o País é "retirar da gaveta" obras de infraestrutura importantes para a população. (MN)



O 12º Cbratur foi promovido pelas comissões de Turismo da Câmara; e de Desenvolvimento Regional do Senado

Consultora da Abav aponta Alemanha como exemplo

A consultora da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Karla Buzzi, acredita que o Brasil deve se espelhar na experiência da Alemanha, sede da Copa do Mundo de futebol em 2006, para organizar o Mundial de 2014. Durante o XII Cbratur, realizado na Câmara, ela ressaltou que o país europeu promoveu uma série de ações para identificar os principais setores da economia que poderiam se beneficiar com o evento e investiu pesado em divulgação no exterior.

Além disso, a Alemanha destinou 3 milhões de euros (cerca de R\$ 6,71

milhões) à conscientização dos alemães sobre a importância de receber bem os visitantes.

"A principal preocupação do governo era mudar a imagem dos germânicos no mundo, que eram vistos como um povo fechado, que não sabia receber o turista", explicou Buzzi. Como resultado do investimento, o país tornou-se recordista em número de visitantes durante uma copa, e o aumento no fluxo de visitantes continuou nos anos seguintes – cresci-

mento de 7% em 2007; e de 8% no ano seguinte.

Sustentabilidade - No caso brasileiro, Karla Buzzi afirma que o ponto principal das campanhas deve estar na preservação ambiental. "O País deve investir na Copa verde, esse é mote. Se trabalhar esse aspecto, terá muito sucesso, pois a sustentabilidade está muito em voga", destacou. O deputado **Afonso Hamm (PP-RS)** afirmou já ter apresentado proposta que prevê a utilização de combustível renovável em toda a frota de transportes utilizada na copa. "O Brasil tem um trabalho extraordinário com álcool e biodiesel e não divulga", sustentou. (MN)



Para consultora da Abav, o Brasil deve se inspirar na Copa da Alemanha de 2006 para garantir a continuidade do fluxo de turistas

Decisão da Anatel não inviabiliza projeto que abre mercado à TV por assinatura, dizem deputados

Agência reguladora permitiu que as concessionárias de telefonia fixa prestem serviço de TV a cabo - justamente um dos pontos previstos no Projeto de Lei 29/07, já aprovado pela Câmara e em análise no Senado

Lara Haje

Mesmo com a decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na semana passada, de liberar a prestação do serviço de TV a cabo pelas concessionárias de telefonia fixa, por meio de empresas subsidiárias e coligadas, deputados defendem a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei 29/07, que institui um novo marco legal para a televisão por assinatura. Um dos principais objetivos do PL 29 é justamente permitir que as concessionárias de telefonia - Oi, Telefônica e Embratel - prestem o serviço de TV por assinatura, ampliando a competição no setor.

O deputado **Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE)**, que foi relator do projeto na Câmara, destaca que permanece, na Lei de TV a Cabo (8.977/95), o limite de 49% de capital estrangeiro para as empresas do setor.

“A mudança na lei, prevista no PL 29, é necessária para que empresas de capital estrangeiro, como a Telefônica, prestem livremente o serviço de TV a cabo”, afirma. Além disso, explica Lustosa, o PL 29 prevê regras para a proteção dos conteúdos audiovisuais brasileiros, por meio de cotas de conteúdo nacional na TV paga e de novos recursos para financiar a produção brasileira. “Uma parte importante do projeto trata do estímulo à produção brasileira de conteúdo audiovisual”, diz.

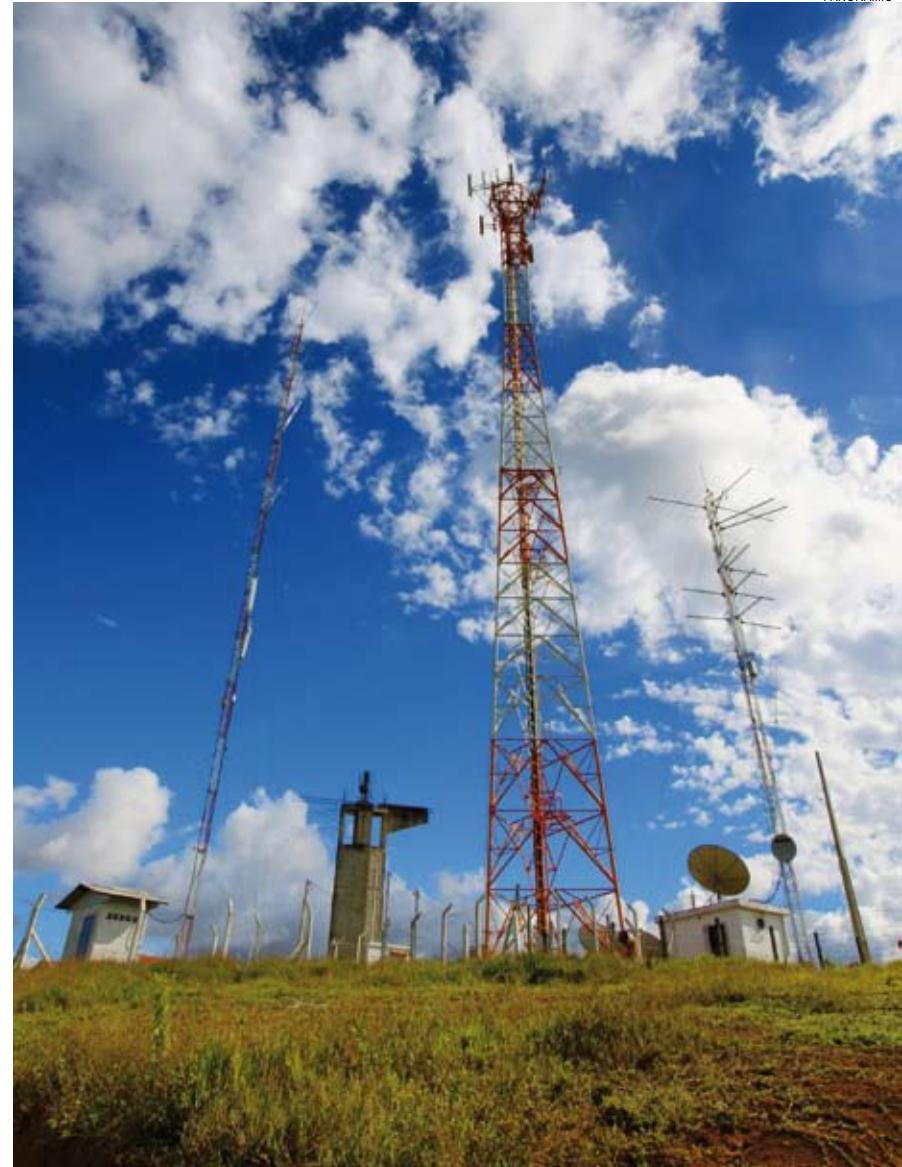
Autor de um dos projetos apensados à matéria, o deputado **Paulo Teixeira (PT-SP)** acredita que a medida da Anatel veio em boa hora, mas já é fruto do avanço da tramitação da proposta. Para ele, o projeto é mais amplo do que a decisão da agência, justamente por conter também regras para a divulgação de conteúdos nacionais e independentes pelas operadoras de TV por assinatura.

Novas regras - Para o autor do PL 29, deputado **Paulo Bornhausen (DEM-SC)**, a decisão da Anatel é correta. Mas, adverte, a aprovação do projeto de lei continua sendo necessária, pois ele trata do setor de TV por assinatura de forma abrangente. “A Lei de TV a Cabo, que se tornou bastante obsoleta, precisa ser revista. Por exemplo, o PL 29 elimina a restrição ao capital estrangeiro”, diz. Bornhausen ressalta ainda que a proposta criará novas regras, hoje inexistentes, como a

vedação para que uma empresa de telecomunicações controle uma empresa de radiodifusão e vice-versa; a criação de obrigações de transmissão de conteúdo nacional; e o impedimento para que empresas de telecomunicações, quando distribuíssem conteúdo, adquiram “direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional”, como futebol, ou contratem “talentos artísticos nacionais, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais”.

Subsidiárias - Paulo Henrique Lustosa acredita que a decisão da Anatel é compatível com o modelo para a televisão paga construído no âmbito do PL 29/07, de estímulo à concorrência no setor e massificação do serviço. O deputado afirma, porém, que, mesmo com a decisão, as empresas de telefonia fixa só poderão oferecer esse serviço por meio de uma empresa subsidiária. Isso porque a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97) estabelece que a concessão para o serviço de telefonia fixa será outorgada somente a empresa constituída para explorar exclusivamente este serviço.

Segundo o deputado, o PL 29/07 altera a Lei Geral, possibilitando o oferecimento de diferentes serviços de comunicação, como internet de banda larga e TV a cabo, pelas concessionárias de telefonia fixa, sem necessidade de constituição de uma subsidiária. “O PL 29 estabelece critérios e condições para a prestação de outros serviços, além da telefonia fixa, pelas concessionárias”, conclui.



Um dos principais objetivos do PL 29 é permitir que as concessionárias de telefonia prestem o serviço de TV por assinatura, estimulando a concorrência

Resolução da agência autorizou novo serviço

A decisão da Anatel, tomada em 24 de novembro, foi de retirar dos contratos de concessão das empresas de telefonia fixa a proibição de que suas controladoras, controladas e afiliadas prestassem o serviço de TV a cabo. Os novos contratos são válidos de 2011 a 2015. As empresas de telefonia já são liberadas para prestar esse serviço por outras tecnologias, como satélites.

Além disso, a agência aprovou, no dia 25, outra resolução que estabelece novo planejamento do serviço de TV

a cabo. Essa norma acaba com limite máximo de prestadoras por município. “No planejamento para o setor de TV por assinatura anterior, de 1997, a Anatel dizia qual era o tamanho do mercado e quantas operadoras deviam prestar o serviço. Agora, a Anatel entendeu que o mercado de TV a cabo não precisa de planejamento. A lei de oferta e procura é que vai determinar quantas operadoras vão operar em cada região”, explica o deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE).

Como não haverá mais limites para o número de licenças, a Procuradoria Jurídica da agência entende que não é mais válida a restrição existente na Lei do Cabo (8.977/95) sobre oferta de serviço de TV a cabo por concessionárias de telefonia. A lei atual diz que as concessionárias de telefonia só podem adquirir essas licenças caso não haja outros interessados na prestação do serviço. Por conta dessa limitação legal, as atuais operadoras de TV a cabo podem contestar na Justiça a decisão da Anatel.

Parlamentares e especialistas defendem agência reguladora para a mineração

Lara Haje

A criação de uma agência reguladora para o setor de mineração foi defendida na quinta-feira (2) por deputados e palestrantes durante o seminário “Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal”, promovido pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica. Os participantes também propuseram a criação de um conselho nacional para formular políticas públicas para o setor.

As duas medidas estão previstas em anteprojetos de lei do Poder Executivo para o setor, ambos em fase de elaboração. Durante o seminário, o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar, disse que o anteprojeto de lei que cria o Conselho Nacional de Política Mineral e propõe mudanças na outorga para a exploração do setor mineral encontra-se atualmente na Casa Civil. Já o anteprojeto que cria a Agência Nacional de Mineração está em discussão no Ministério do Planejamento.

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia está elaborando projeto que define nova política de royalties para o setor, por meio da reformulação



O Ministério de Minas e Energia está elaborando projeto que define nova política de royalties para o setor; na foto, exploração de ferro pela Vale

da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, devida aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pela utilização econômica dos recursos minerais nos respectivos territórios.

Estudo - O presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, deputado **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**, afirmou que o órgão vai publicar, em no máximo 60 dias, seu

oitavo caderno com estudo sobre o setor. “O setor mineral estava esquecido e demandava novas políticas, porque é regulado por um decreto de 1967 (o Código de Mineração)”. O deputado propôs a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora. Segundo Oliveira, as jazidas minerais têm sido exploradas de forma predatória ou sem pleno aproveitamento. “Das 160

mil concessões do setor, apenas 8 mil estão em produção”, disse.

O diretor-geral do DNPM, Miguel Nery, esclareceu que existem 160 mil direitos minerários vigentes, dos quais 66 mil são autorizações de pesquisa e 8 mil são concessões de lavra. “Só 10% das áreas pesquisadas viram jazidas”, completou. Do total de direitos vigentes, 40% estão inativos. O presidente da empresa Geos Geologia para Mineração, Elmer Salomão, argumentou que a proporção de concessões está na média mundial. “As concessões que não estão em produção geram apenas investimento por parte das empresas.”

O diretor da DNPM também defendeu a atualização e modernização da legislação. Ele considera o atual código obsoleto e burocrático. Segundo ele, há uma falha na lei que permite que, vencido o prazo da autorização de pesquisa mineral sem entrega do relatório de pesquisa, a empresa apenas pague uma multa e requeira a prorrogação da autorização. A proposta do governo prevê licitação pública para fins de pesquisa ou lavra, em vez de mera autorização e concessão sem leilão, como ocorre hoje.

Jaime Martins: atual código não distribui renda da exploração com a sociedade

O deputado **Jaime Martins (PR-MG)**, relator do estudo do Conselho de Altos Estudos sobre o setor mineral, disse que o atual código não garante à população brasileira parcela da renda obtida com a exploração da base mineral – um bem público – tal como ocorre no setor petrolífero. Ele acredita que a exploração do setor deve ser feita com base em contratos administrativos, com direitos e obrigações para ambas as partes.

Martins espera que o novo marco para o setor possa ser discutido pelos parlamentares já no início da próxima legislatura. Para ele, o setor deve ser tratado como prioritário pelo Congresso.

Segundo o consultor legislativo Paulo César Lima, é muito baixa a participação do Estado nos altíssimos lucros gerados pela exploração mineral. “Tanto o setor de petróleo quanto o mineral utilizam-se de bens da União e devem gerar riqueza para a sua população”, disse. O consultor Roberto Pontes afirmou que “o povo brasileiro



O deputado Jaime Martins espera que o setor seja tratado como prioritário na próxima legislatura

deve tornar-se sócio da prosperidade do setor, e não mero espectador”.

Segundo Lima, o lucro líquido da mineradora Vale nos três primeiros trimestres do ano foi de R\$ 20,1 bilhões – valor muito próximo do lucro líquido da Petrobras, de R\$ 24,58 bilhões no mesmo período. Porém, segundo ele,

a Petrobras gera valor compatível de riquezas para o Estado, ao contrário do setor de mineração.

Em 2008, a Petrobras gerou uma arrecadação de tributos indiretos e de compensação financeira de cerca de R\$ 94 bilhões. Nesse mesmo ano, os tributos indiretos e a compensação financeira

gerada pela Vale foram inferiores a R\$ 1 bilhão. Em 2009, a produção de petróleo e gás natural gerou royalties e participação especial de R\$ 16,3 bilhões. No setor mineral, hoje não existe participação especial.

Setores idênticos - Como ressaltou o deputado **José Fernando Aparecido de Oliveira (PV-MG)**, do ponto de vista constitucional, os setores mineral e petrolíferos são idênticos, pois ambos utilizam-se de bens naturais não renováveis de propriedade da União. Porém, conforme o parlamentar, os setores têm regulações bem distintas. “Enquanto no setor petroleiro há leilões e contratos para a exploração, no setor mineral há concessões gratuitas de jazida e royalties miseráveis”, afirmou. Para ele, o novo marco legal para o setor deve alterar esses pontos. “A mudança desse marco é crucial para o estado de Minas Gerais, responsável por mais de 70% da produção de minério de ferro do Brasil e por mais de 50% da produção mineral total do país”, completou. (LH)

Comissão aprova Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou a criação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Segundo a proposta, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (ProPSA), utilizando recursos de um fundo federal a ser criado pelo governo, vai remunerar iniciativas de preservação ou recuperação do meio ambiente. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, irá para o Senado.

O ProPSA deverá providenciar o pagamento de ações que priorizem, entre outros objetivos, a conservação e melhoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos; a conservação e preservação da vegetação nativa, da vida silvestre e do ambiente natural em áreas de elevada diversidade biológica; a conservação, recuperação ou preservação do ambiente natural nas áreas de unidades de conservação e nas terras indígenas; a recuperação e conservação dos solos e recomposição da cobertura vegetal de áreas degradadas; e a coleta de lixo reciclável.

Foi aprovado um substitutivo do relator, deputado **Jorge Khoury (DEM-BA)**, ao Projeto de Lei 792/07, do deputado **Anselmo de Jesus (PT-RO)**, e aos apensados, com destaque para o PL 5487/09, do Executivo, que foi a base principal do novo texto.

Órgão colegiado - Khoury manteve a estrutura do substitutivo aprovado em maio pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, mas fez algumas alterações.

Uma delas diz respeito à criação da Comissão Nacional da Política de Pagamento por Serviços Ambientais, que seria responsável por definir os valores a serem pagos. O relator destaca que esse dispositivo fere a Constituição, pois uma lei não pode obrigar o governo a criar um órgão no âmbito da administração federal e ainda indicar as instituições que deverão participar desse órgão.

Ele chama ainda a atenção para a disparidade entre órgãos públicos e sociedade civil representados na comissão. Pelo texto da Comissão de Agricultura, ela seria formada por 12 órgãos governamentais federais e sete representantes dos estados, municípios, organizações não governamentais e federações de trabalhadores da agricultura, pecuária e pesca.

O substitutivo de Khoury propõe

apenas que a política nacional conte com um órgão colegiado com atribuição de estabelecer suas metas, acompanhar seus resultados e propor os aperfeiçoamentos cabíveis, em regulamento próprio. O texto estabelece também que esse órgão será composto de forma paritária por representantes do poder público e da sociedade civil, e presidido pelo titular do órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Cadastro - Khoury também determina, em seu substitutivo, a criação formal do Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços, que é apenas mencionado no texto da Comissão de

Agricultura. Ele destaca que o cadastro visa dar maior transparência e controle social aos projetos de pagamento por serviços ambientais.

Fundo federal - Em relação ao Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (FunPSA), Khoury acrescenta como fontes de recursos as doações de pessoas físicas – o substitutivo da Agricultura citava somente doações de entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas – e os rendimentos da aplicação do patrimônio do próprio fundo. Já estavam definidos como fontes até 40% dos recursos do Ministério do Meio Ambiente sobre a participação especial paga pela exploração de

petróleo em grande volume ou grande rentabilidade; dinheiro do Orçamento da União e seus créditos adicionais; verbas de convênios com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal; empréstimos e saldos anuais não aplicados.

Além disso, o relator estabelece que qualquer instituição pública federal poderá ser agente financeiro do fundo, prestando contas para o órgão colegiado que coordenará a política nacional. O substitutivo da comissão anterior determinava que essa instituição seria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GOVERNO DO AMAZONAS



A compensação ambiental, paga por um fundo federal a ser criado, deverá ser dirigida a ações que priorizem, entre outras iniciativas, o melhoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos no Brasil

Empreendedores familiares rurais devem ter prioridade no programa

O deputado Jorge Khoury ainda apresentou complementação de voto para incorporar ao substitutivo emendas apresentadas pelos deputados **Paulo Teixeira (PT-SP)** e **Moreira Mendes (PPS-RO)**. A emenda de Teixeira dá prioridade a agricultores e empreendedores

familiares rurais no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Já as emendas de Moreira Mendes garantem que o setor produtivo tenha participação no órgão colegiado que vai coordenar a política nacional; e determinam que sejam aplicadas prioritariamente

nas bacias hidrográficas em que foram geradas as receitas oriundas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos que forem destinadas ao pagamento por serviços ambientais que promovam a conservação e o melhoramento da quantidade e da qualidade desses recursos.

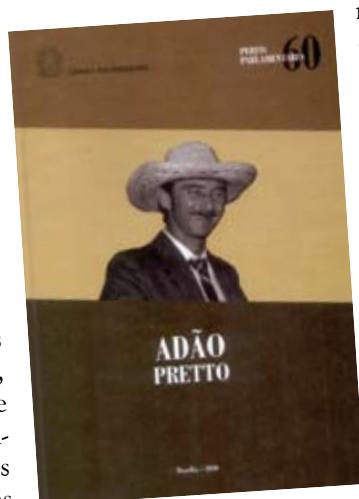
Livro mostra trajetória do deputado Adão Pretto, um dos fundadores do MST

Roberto Seabra

O mais novo livro da série *Perfis Parlamentares*, lançado pela Câmara dos Deputados, homenageia um autêntico “representante do povo”. O pequeno agricultor Adão Pretto, eleito por cinco mandatos consecutivos pelo PT do Rio Grande do Sul, e que morreu no ano passado aos 63 anos, marcou sua trajetória, dentro e fora do Congresso Nacional, pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores rurais e dos sem-terra. Fundador do MST e de sindicatos rurais de trabalhadores, Adão Pretto trouxe para a Câmara experiências políticas inovadoras, com destaque para a gestão coletiva do mandato parlamentar.

Para os autores do perfil, os consultores legislativos Ana Luiza Backets e José Cordeiro de Araújo, o deputado Adão Pretto foi “até o fim um colono, até o fim fiel aos mesmos ideais, às crenças que desenvolveu quando começou a participar da política no final dos anos 70”. Na visão dos autores, a história do ex-deputado se confunde com a do Movimento dos Trabalhadores

Sem Terra e com as lutas dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul por melhores condições de vida.



lembra Darci Maschio, do MST, em depoimento registrado no livro.

Até mesmo o gabinete e o

Os deputados petistas **Marco Maia (RS)** e **Odair Cunha (MG)**, respectivamente 1º vice-presidente e 3º secretário da Mesa Diretora, reforçam esse perfil, ao lembrar que as políticas públicas na área agrícola ganharam consistência a partir do momento em que o parlamento passou a ouvir a “voz primordial” do pequeno agricultor. Para os deputados, o livro mostra “o significado profundo de um mandato de luta contra injustiças socialmente arraigadas, contra a criminalização dos movimentos sociais, contra a violência no campo; um mandato, enfim, que tinha lado”.

Atuação coletiva - E ao “escolher um lado”, o deputado Adão Pretto escolheu também uma nova forma de fazer política. O mandato não era dele, mas sim daqueles que o elegeram. “Com todos os anos de mandato estadual e depois federal, o Adão não perdeu a identidade de agricultor. Ele se sentia um agricultor. Isso é que fazia ele ter um mandato diferente. Não subiu à cabeça dele: ‘Eu agora sou deputado. É uma profissão que eu tenho’. A profissão dele continuava sendo agricultor”,

Coerência política sem sectarismo

Mesmo em minoria na Câmara, pois a bancada dos pequenos agricultores sempre foi muito menor que a bancada ruralista, o chamado núcleo agrário do PT teve em Adão Pretto um líder popular. Até os adversários reconhecem suas virtudes.

Para o deputado **Ronaldo Caiado (DEM-GO)**, Adão Pretto tinha a marca da coerência. “Acho que esse é um ponto que cada vez mais está escasso no Congresso Nacional. As pessoas aqui estão perdendo a identidade. O fisiologismo passa a prevalecer

e os interesses pessoais se sobrepõem às ideias e aos princípios”, disse Caiado, lembrando que Adão Pretto sempre foi um “brigador”, que defendia com “unhas e dentes” as suas convicções.

Para o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, **Miguel Rosseto**, do PT do Rio Grande do Sul, Adão Pretto conseguia ser coerente sem ser sectário. “Adão Pretto não era um sujeito sectário, era um sujeito firme. Mas não era um sectário. O sectarismo é sempre reacionário, porque desconhece a realidade”, disse. (RS)

salário de Adão Pretto “pertenciam” aos movimentos dos agricultores, que determinavam quanto o deputado deveria receber e quanto deveria ser gasto na mobilização popular.

Essa forma de fazer política tinha uma vantagem. Como Adão Pretto, era, no bom sentido do termo, “correia de transmissão” dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais no Parlamento, ele deixou de ser apenas um deputado federal para se tornar um “deputado nacional”, conforme lembra o servidor público Mauro di Deus, que foi assessor do deputado na Comissão de

Legislação Participativa. “Onde havia um conflito de terras, um colono ameaçado, uma violência cometida por um agricultor, lá estava ele, destemido, cavando um espaço para o diálogo com as autoridades”, observa.

Esse perfil de “deputado nacional” é endossado por João Pedro Stédile, líder do MST. “Ele não pensava em voto. Honestamente, no fundo, o

Adão não pensava em voto. Ele pensava sempre na classe. E foi isso que o salvou. Então, se tinha que ir no Acre, ele ia; se tivesse que ir no Pará, ia; no Mato Grosso, ia. Ele ia em um monte de lugar”, lembra.

